

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

Estudo Comparativo do Crescimento da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Rede Pública de Ensino

Danilo Medeiros¹, Elisa Ribeiro²

Resumo - A presente pesquisa apresenta a análise comparativa referente ao crescimento do número de matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio entre o período de 2007 a 2014 de instituições de ensino públicas do Brasil, apresentando os percentuais de crescimento nas três esferas de ensino, sendo essas, municipal, estadual e federal. Tratando-se de uma pesquisa quantitativa foram utilizados os dados disponibilizados pelo sistema InepData acessado pelo sítio eletrônico do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Entre o período compreendido houve o crescimento de 68,69% no número de matrículas na esfera municipal, 426,91% na esfera estadual e 368,52% na esfera federal.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Formação Escolar, Educação Tecnológica, Ensino Integrado.

Abstract - This research presents a comparative analysis of the growth in enrollment of integrated professional education to high school between the period 2007-2014 public education institutions in Brazil, with the growth percentages in the three educational spheres, and these, municipal, state and federal. In the case of a quantitative study used data provided by InepData system accessed by the electronic website of INEP (National Institute of Educational Studies Anísio Teixeira). Between the period there was growth of 68.69% in enrollment at the municipal level, 426.91% at the state level and 368.52 at the federal level.

Keywords:

Public Policy, Education, School Education, Technical Education, Integrated Education.

¹ IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro) - *Campus* Uberaba. nilomedeiros@yahoo.com.br

² IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro) - *Campus* Uberaba. ribeielisa@gmail.com

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo levantar e analisar a oferta da educação profissional integrada ao ensino médio da zona urbana e rural no período de 2007 a 2014 no Brasil, utilizando a base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP buscou-se verificar qual a amplitude da expansão de matrículas nessa modalidade de educação, nas esferas, municipal, estadual e federal, tendo como fulcro a revogação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1998, que estabeleceu as diretrizes e bases para a educação profissional, pelo então Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. O artigo faz ainda de maneira breve uma incursão sobre a transformação do papel da educação, tendo em vista as transformações pelas quais a sociedade tem passado fruto do modelo de produção estabelecido pelo capital.

2. Referencial Teórico

O homem ao longo da sua trajetória tem criado, desenvolvido e aprimorado diversas técnicas no sentido de possibilitar a produção de bens e serviços nas mais diferentes áreas de produção. Nos primórdios, essas técnicas eram aprendidas pelas próximas gerações por meio da observação das habilidades e comportamentos desenvolvidos pelos anciões ou os experientes que detinham o conhecimento das técnicas e as dominavam. Com o passar do tempo e com a complexificação das técnicas, passou-se a exigir dos aprendizes algo a mais que a simples observação, havendo assim, a necessidade de reformular as metodologias de ensino até então utilizadas e de alguma forma integralizar as áreas de conhecimentos que eram estudadas separadamente umas das outras.

A partir do século XVI e XVII o homem passou a estudar a ciência com outra visão. Devido ao aumento da complexidade dos assuntos a serem estudados, viu-se a necessidade de estudar a ciência de forma mais colaborativa e que facilitasse as trocas de conhecimentos e experiências entre os estudiosos. Em diversos países da Europa como Inglaterra, Portugal, Alemanha, França, entre outros, surgem às academias científicas, lugares onde os cientistas, professores, filósofos e estudiosos passaram a estudar a ciência de forma mais colaborativa. Com essas transformações surge o novo espírito científico, denominado de espírito científico colaborativo (CARDOSO, 2001).

Para Cardoso (2001, p. 210) com a criação das academias científicas, criou-se uma linguagem comum entre os estudiosos, conhecida como linguagem científica, que tinha como objetivo facilitar a comunicação entre os estudiosos e compartilhar os resultados das pesquisas com outras pessoas interessadas. Com o aprimoramento das técnicas, das pesquisas e da nova forma de estudar a ciência, surge o conceito moderno de tecnologia, que se deu de fato quando se desenvolve a cultura de que o saber apesar de teórico deve se

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

necessariamente ser verificado pela experiência, ou seja, era necessário ter a aplicação prática do conhecimento para se chegar à ciência.

A produção e o desenvolvimento desse novo conhecimento, o conhecimento científico, proporcionou a criação de novas tecnologias. Tecnologias essas que mudaram a forma de se relacionar entre as pessoas, principalmente devido ao advento da internet e das comunicações no século XX. É notório que essas mudanças estão ocorrendo de forma gradual e rápida com reflexos em diversos ambientes, como nas escolas, nas empresas, nas universidades, nas indústrias, entre outros. Essas transformações ficam evidentes na colocação da autora Cardoso (2001, p.229): "as invenções da ciência e da tecnologia em geral, e especialmente a da comunicação, tem estimulado e ao mesmo tempo causado um processo de transformação amplo na sociedade".

A nova formação profissional tecnológica exigida pela lógica do mundo do trabalho impõe, além da formação técnica específica, a formação humanística do indivíduo, exigindo do mesmo, características de visão crítica sobre o contexto ao qual está inserido. Portanto, busca-se o auxílio na tecnologia para produzir novos conhecimentos científicos visando sempre à formação integral do indivíduo, tal evidência é apresentada pela autora:

Nesse sentido, é fundamental não perder de vista que o papel primordial da tecnologia é servir ao homem. A educação tecnológica deve promover a integração entre tecnologia e humanismo, não no sentido de valorizar a relação educação/produção econômica, mas principalmente visando à formação integral do indivíduo (CARDOSO, 2001, p.232).

Para Grinspun (2001, p. 37) pode-se entender pela expressão educação tecnológica, algo ligado à questão das tecnologias educacionais, tendo correlação com a educação profissional ou a educação técnica, podendo ser até mesmo uma nova forma de se colocar em prática uma área específica da educação baseada e a apoiada em conceitos e teorias tecnológicas. A autora reforça de forma implícita que o mais importante na educação tecnológica e a formação integral do indivíduo:

O importante na educação tecnológica é o trabalho da formação da cidadania, dotando o cidadão dos requisitos básicos para viver numa sociedade em transformação, com novos impactos tecnológicos, como novos instrumentos nas produções e relações sociais. (GRINSPUN, 2001, p.92).

Portando a educação tecnológica deverá subsidiar ações concretas incluindo as relações do mercado de consumo, mas não se limitando somente a esse mercado, formando cidadãos mais críticos ao utilizar a tecnologia e visando uma formação mais completa e ampla tendo uma visão do todo.

2.1 O Decreto de nº 5.154/2004: nova oportunidade de formação integrada.

No Brasil, após a promulgação do Decreto de nº 5.154, de 23 de julho, de 2004, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que revogou o Decreto de nº 2.208/1997, que previa a dualidade da formação geral e a formação profissional,

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

altera-se a lógica da formação profissional técnica de nível médio no país. Na trajetória histórica sobre o embate para revogar o Decreto de nº 2.208/1997, na direção da construção de um projeto educativo mais amplo e integralizado, os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.52) concluem que:

Trata-se de um decreto que expressava, de forma emblemática, a regressão social e educacional sob a égide do ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e do dualismo na educação.

Está consubstanciado, no Decreto de nº 5.154/2004, no Art.4º, a prescrição da forma de desenvolvimento da concepção de educação profissional técnica de nível médio a ser desenvolvida com o ensino médio. Este decreto revoga o anterior na sua materialidade no que se refere à desarticulação entre formação geral e formação técnica, expresso no: § 1º. A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2004).

Contudo, autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) apontam que esse decreto representou um avanço em relação aos efeitos ocasionados pelo Decreto nº 2.208/1997 ao possibilitar a educação profissional integrada, mas não rompeu com o dualismo histórico. Concluem que o expediente do decreto foi utilizado em virtude da urgência e de que o embate com as forças conservadoras no Congresso Nacional exigiria um trâmite longo.

Entretanto, positivamente, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.15) o decreto pretendeu reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia,

de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino.

Observa-se que o Art. 4º desse Decreto, prescreve que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, em observância aos objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico (Brasil, 2004).

Com base nesses autores, cabe, persistentemente, a afirmação de que a integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica seja a concepção de educação que os trabalhadores e seus filhos recebem como direito social. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela por superação da dualidade de classes.

3. Método

O percurso metodológico adotado nesse trabalho para o levantamento das taxas de matrículas e a criação de novas unidades escolares para oferta de educação profissional, considerou-se os dados disponíveis sobre educação básica no sistema InepData disponível no portal do INEP. A opção selecionada dentro do sistema InepData para realizar a consulta foi: Ensino Regular > Número de Estabelecimentos > Localização e Dependência Administrativa – Estabelecimentos e Matrículas. Foram utilizados os seguintes filtros: ano censo de 2007 a 2014; rede de ensino pública; dependência administrativa federal, estadual e municipal; e etapa de ensino – detalhe educação profissional integrada ao ensino médio, especificando assim, a modalidade de ensino objeto desta pesquisa conforme apresentado na **Figura 1**. Os dados coletados foram exportados para o programa de planilha eletrônica Microsoft Excel e tabulados em gráficos para facilitar a demonstração dos resultados da pesquisa, de elaboração dos autores desse trabalho. Os dados serão apresentados e analisados considerando as dimensões: crescimento número de instituições ofertantes de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e crescimento número de matrículas na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio nas três esferas de ensino públicas.

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

Figura 1 – Sistema InepData (2015).



Fonte: INEP, 2015.

4. Resultados e Discussão

4.1 Crescimento no número de instituições ofertantes de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

Os dados mostram o crescimento no número de instituições de ensino ofertantes da educação profissional integrada ao ensino médio nos últimos anos. Como se pode observar na **Tabela 1** houve um crescimento de 264,18% no número total de instituições de ensino ofertantes da educação profissional integrada ao ensino médio entre os anos de 2007 a 2014, tendo o acréscimo do total de 388 instituições em 2007 para 1413 instituições em 2014.

Tabela 1 – Número de Instituições de ensino público que ofertam a Educação Profissional Integrada ao ensino médio por ano.

Instituições Públicas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Municipal	18	22	24	24	26	28	23	24
Estadual	273	394	519	732	790	947	1016	1022
Federal	97	129	160	200	280	322	343	367
Total de Instituições	388	545	703	956	1096	1297	1382	1413

Fonte: INEP, 2015.

A fim de detalhar mais sobre o crescimento do número de instituições de ensino, a **Tabela 1** também apresenta a quantidade de instituições de ensino da esfera municipal entre os anos de 2007 a 2014. Podemos observar que houve um crescimento de 33,33% no número de instituições de ensino que ofertam a

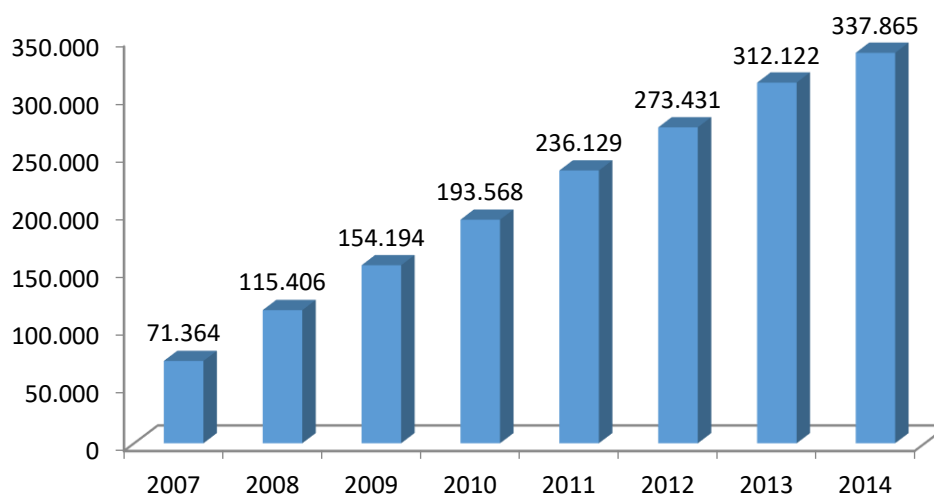
Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

educação profissional integrada ao ensino médio na esfera municipal, saltando de 18 instituições em 2007 para 24 instituições em 2014. Se comparado às esferas estaduais e federais o menor crescimento no número de instituições de ensino ofertantes dessa modalidade de ensino ocorreu na esfera municipal. Observa-se que houve um crescimento de 274,36% no número de instituições de ensino na esfera estadual que passou a ofertar a educação profissional integrada ao ensino médio, passando de 273 instituições em 2007 para 1022 instituições em 2014 e o crescimento mais significativo ocorreu nas instituições de ensino federal, tendo um crescimento de 278,35% no número de instituições ofertantes de cursos profissionais integrados ao ensino médio passando de 97 instituições em 2007 para 367 instituições em 2014. O reflexo do crescimento no número de instituições de ensino ofertantes da educação profissional integrada ao ensino médio se deu também no aumento do número de matrículas nas três esferas, municipal, estadual e federal.

4.2 Crescimento no número de matrículas na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio

No total de matrículas houve o crescimento de 373,44% nas três esferas passando de 71.364 matrículas em 2007 para 337.865 matrículas em 2014 conforme apresentado no **Gráfico 1**.

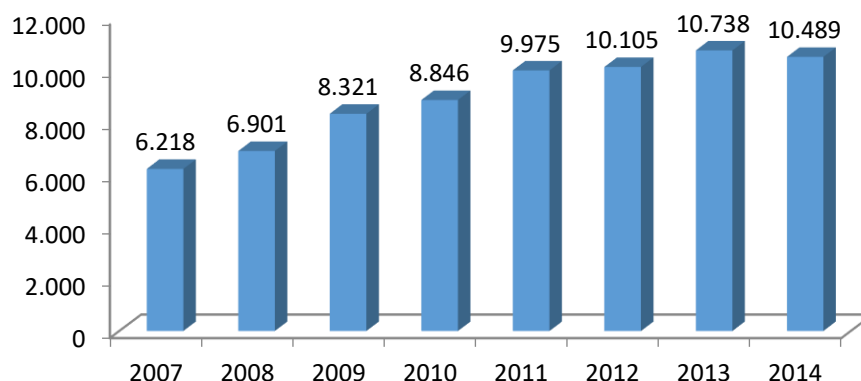
Gráfico 1 – Número Total de matrículas da Educação Profissional Integrada ao ensino médio.



Fonte: INEP, 2015.

A fim de detalhar mais sobre o crescimento no número de matrículas nas três esferas segue a representação do crescimento em cada esfera.

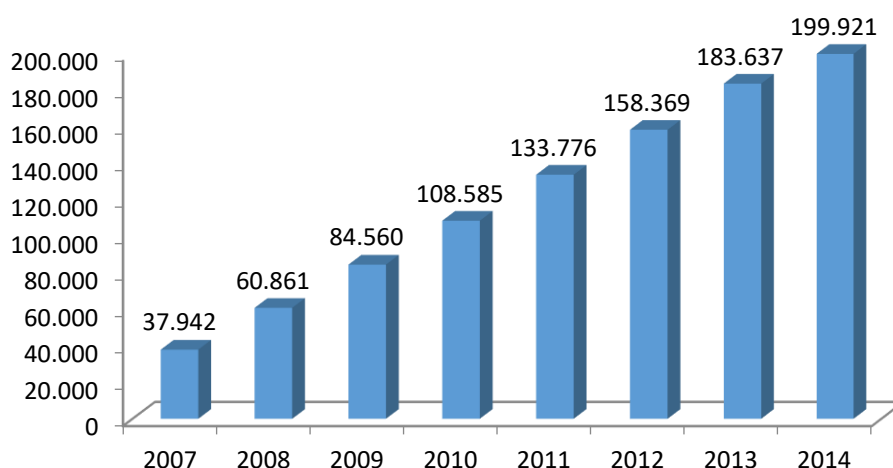
Gráfico 2 – Número total de matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio da rede municipal.

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

Fonte: INEP, 2015.

Como se pode notar no **Gráfico 2**, se compararmos com as esferas estadual e federal, houve um tímido crescimento no número de matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio no Brasil entre os anos de 2007 a 2014 na esfera municipal. Verifica-se que entre esse período houve um crescimento de 68,69% no número de matrículas passando de 6.218 matrículas em 2007 para 10.489 matrículas em 2014. Esse indicador reflete a incumbência estabelecida aos municípios pela Lei nº 9.394 de 1996 (LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional) que define como principal responsabilidade aos municípios a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a oferta em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência.

Gráfico 3 – Número total de matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio da rede estadual.



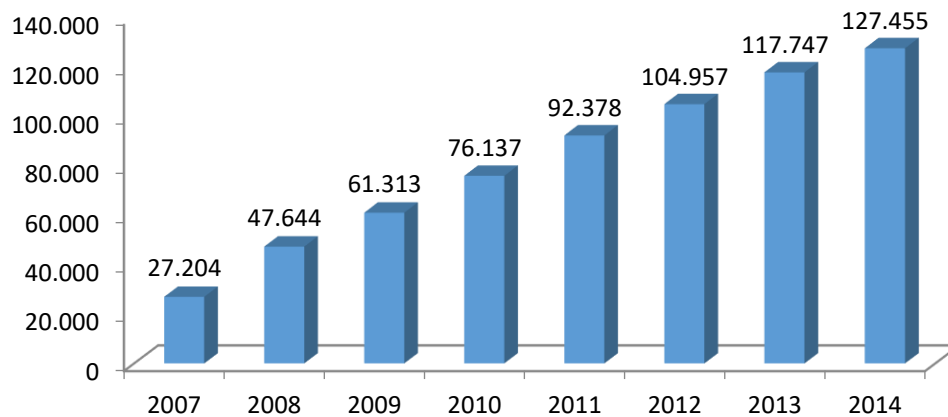
Fonte: INEP, 2015.

Na esfera estadual houve um considerável crescimento no número de matrículas conforme apresentado no **Gráfico 3**. Tendo assim, um crescimento

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

de 426,91% no número de matrículas passando de 37.942 matrículas em 2007 para 199.921 matrículas em 2014.

Gráfico 4 – Número total de matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio da rede federal.



Fonte: INEP, 2015.

A partir de 2008, com a criação e expansão da rede federal de educação tecnológica no Brasil, os denominados Institutos Federais, observa-se que entre esse período houve um crescimento de 368,52% no número de matrículas ofertadas pelas instituições de ensino federal, crescendo de 27.204 matrículas em 2007 para 127.455 matrículas em 2014 conforme apresentado no **Gráfico 4**. De acordo com dados do Censo (2014, p. 30), dos dez cursos de educação profissional com maior número de matrículas na rede federal em 2013, destaca-se o curso de informática e agropecuária, representando 13% e 10,2% do total de matrículas, respectivamente.

5. Considerações finais

Nos últimos anos, houve uma expansão da educação profissional integrada ao ensino médio em todas as esferas do governo, sendo essas, municipal, estadual e federal. De fato essa expansão ocorreu devido à adesão e criação de novas instituições de ensino que passaram a ofertar essa modalidade de ensino no Brasil. Outros fatores que impulsionaram esse crescimento foram à criação de novos cursos, execução de programas de políticas públicas de incentivo ao acesso a educação e políticas públicas de inclusão.

Observou-se na pesquisa que houve o crescimento de 68,69% no número de matrículas na esfera municipal, o crescimento de 426,91% na esfera estadual e o crescimento de 368,52% na esfera federal da educação profissional integrada ao ensino médio no Brasil conforme os dados disponibilizados pelo INEP. Cabem agora novas pesquisas para mensurar a qualidade do ensino

Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.

ofertado e verificar de fato se a educação profissional está sendo ofertada de forma integralizada e articulada com o ensino médio conforme proposto pelo Decreto nº 5.154 de 2004.

De fato, conclui-se que esse crescimento é “tímido” perto do grande desafio das políticas públicas frente aos índices de analfabetismo no Brasil que alcança aproximadamente 13 milhões de brasileiros acima de 15 anos, o que corresponde a 8,3% da população, conforme dados publicado em 2014 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Legislação Básica – Técnico de Nível Médio. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154_04.pdf

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

_____. Câmara dos Deputados. Legislação – Decreto nº 2.207 de 1997. 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-norma-pe.html>

_____. Câmara dos Deputados. Legislação – Lei nº 9.394 de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica. In GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin (Ed.), Educação Tecnológica: desafios e perspectivas, p. 181-241. 2001.

CENSO. Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico / instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A gênese do Decreto n.5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Ed.). Ensino médio integrado: concepção e contradições, p. 21-56. 2005.

GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Educação Tecnológica: desafios e perspectivas, p. 37-107. 2001.

IBGE. Taxa de Analfabetismo no Brasil. 2014. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em: 15 jun. 2016

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2015. InepData. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/inepdata>. Acesso em: 15 dez. 2015.